

INDÍGENAS, CAMPONESES E QUILOMBOLAS: CAMINHOS PARA OS (DES)ENCONTROS COM NOVAS E OUTRAS NARRATIVAS

Ao menos até a década de 1970 as pesquisas praticadas quer pelos historiadores, quer pelos etnólogos no Brasil, tenderam a analisar as relações do pós-contato colonial como o “encontro” no qual os colonizadores teriam imposto sua cultura, organização social e valores aos “dominados”, sobretudo aos povos originários (através da catequização e do processo dominante de controle nos aldeamentos) e aos negros escravizados (pela disciplinarização dos corpos e mentes através do controle panóptico exercido nas senzalas e no trabalho forçado), os quais tentavam manter, sem sucesso, os seus modos de viver. Portanto, era a história do choque entre mundos opostos, no qual seria enviesada a crônica da destruição, de submissão à “razão civilizatória”, ou então era a crônica da extinção de povos. Por muito tempo estas disciplinas ignoraram a participação dos diversos atores na construção desse processo. Para os antropólogos a crônica da extinção era provida pelo intenso genocídio que existiu ao longo da História do Brasil, com as guerras coloniais (vide por exemplo a Guerra dos Bárbaros encetada no nordeste que levou ao extermínio de inúmeros povos do sertão) e culminando com a destruição provocada, na primeira metade do século XIX com o predomínio das guerras justas, e na segunda metade deste e primeira metade do XX, com os extermínios sustentados pela ideologia cientificista do evolucionismo. E para os historiadores, a alegação da inexistência de fontes conjugada com uma mentalidade eurocentrada, levavam ao silenciamento, ao apagamento desses sujeitos e suas ações na História do Brasil. Desse modo, estava ainda muito arraigada na historiografia brasileira a afirmação, de meados do século XIX, de que os índios, quilombolas e camponeses não tinham História.

Contudo, a partir da década de 1980 houve uma reorientação de pressupostos teóricos e metodológicos relacionados à própria luta dos movimentos sociais no Brasil. Tantos os movimentos negros, quanto indígenas e também os movimentos operários,

provocaram reconfigurações decisivas na pesquisa histórica, principalmente com o surgimento de novos problemas e de novas possibilidades de novos arquivos e documentos. O “imminente” desaparecimento dos povos indígenas mostrou-se infundado pois se passou a ter uma estabilidade e um crescimento populacional indígena no Brasil, o que mostrou que os povos originários seriam nossos companheiros contemporâneos e futuros. Além disso, os direitos conquistados com a nova Constituição Federal provocaram o revigoramento na luta dos povos resistentes aos massacres do passado provocando a etnogênese de diversos povos, sobretudo naqueles locais onde mais havia ocorrido o apagamento (o nordeste). Com isso, nessa luta pela reivindicação dos novos direitos constitucionalmente adquiridos, novas pesquisas históricas se fizeram necessárias, levando então à descobertas de novas fontes antes não pesquisadas. O mesmo ocorre com os povos afro-brasileiros em suas lutas pela manutenção dos territórios quilombolas a partir dos dispositivos constitucionais, cujas pesquisas historiográficas e antropológicas crescem nesse movimento.

Com essas novas abordagens acerca do protagonismo dos “esquecidos da história”, enquanto sujeitos históricos, as temáticas sobre índios, escravizados e escravidão, quilombolas, comunidades camponesas, mulheres, pobres, dentre outras, deixaram o lugar marginal que ocuparam na historiografia brasileira, passando a ocupar o cenário principal.

Nesse sentido, a presente proposta temática desse número da Revista Antígona almejou constituir mais um espaço para publicação de artigos que fomentem o debate sobre perspectivas conceituais, metodológicas e dialógicas que possam colaborar na compreensão do papel dessas comunidades na História do Brasil, em geral, e na Amazônia, em particular.

George Leonardo Seabra Coelho

Odair Giraldin

Vitor Hugo Abranche de Oliveira